



TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS: ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS NOS GOVERNOS MUNICIPAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Ari Söthe¹

Iara Dresel²

O processo de modernização da contabilidade do setor privado nos últimos anos surtiu efeitos também no setor público, inicialmente por meio da Lei Complementar nº101 em 2000 e posteriormente das primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCAPS) em 2008. Esse processo exigiu dos gestores maior preocupação quanto ao atendimento dos princípios constitucionais e qualidade nas informações disponibilizadas aos usuários. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar os níveis de evidenciação e características qualitativas das informações contábeis disponibilizadas nas páginas eletrônicas dos governos municipais da região sul do Brasil. Dessa forma, foi possível identificar as informações disponibilizadas pelos governos municipais aos cidadãos em suas páginas eletrônicas nos três estados da região sul, dentro das características qualitativas e níveis de evidenciação contábil recomendada pelas teorias consolidadas. Inicialmente por meio da fundamentação teórica foram identificados os tipos, níveis e características qualitativas das informações disponibilizadas. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa das informações compulsórias e voluntárias disponibilizadas nas páginas eletrônicas dos governos municipais que integram os três estados da região sul do Brasil. A definição das informações contábeis compulsórias segue o que estabelece a Lei nº 9.755/1998 e Lei Complementar nº 101/2000. De outro modo, as informações contábeis compulsórias e voluntárias foram avaliadas de acordo com os seus níveis, dentro do que estabelecem Hendriksen e Van Breda, assim como, suas características qualitativas, definidas pelo IFAC em 2010. Os resultados demonstram que nos trezentos governos municipais da região sul analisados, as condições de acesso as informações é fácil ou muito fácil. A evidenciação de informações contábeis nas páginas eletrônicas não atende de forma completa as quatro características qualitativas e nem mesmo os três níveis de evidenciação pesquisados. Foi possível constatar que as evidenciações compulsórias e voluntárias publicadas em suas páginas eletrônicas são limitadas. Dos governos municipais pesquisados, nenhuma evidenciação compulsória foi apresentada por todos e as evidenciações voluntárias em sua maioria são parciais, insuficientes ou não existem.

Palavras-chave: Evidenciação voluntária. Evidenciação compulsória. Contabilidade pública.

¹ Professor Assistente I, Mestre, Contador, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Cerro Largo, ari.sothe@uffs.edu.br.

² Acadêmica do Curso de Administração, Campus Cerro Largo, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Bolsista Voluntária, Edital 218/UFFS/2013, yara.dresel@gmail.com.